

Começam brigas por lideranças no Congresso

MARIA ROSA COSTA

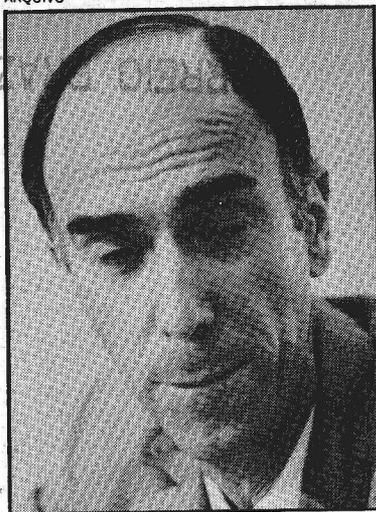
A disputa eleitoral na Câmara e Senado começa realmente nesta quinta-feira, dia 15. É quando os parlamentares retornam às Casas com a obrigação de formalizar no prazo de 24 horas a atual liderança de seu partido ou de indicar o substituto. Quem passar a ser líder ou se manter no cargo terá meio caminho andado na campanha.

A projeção no noticiário diário é imediata, mesmo que a figura não seja das mais expressivas. Principalmente agora quando os partidos — seus integrantes — vão ter que decidir os rumos das primeiras medidas do governo Collor. O líder necessariamente será citado na contagem dos votos ou na descrição das eventuais divergências, ainda que tenha se limitado a balançar a cabeça umas poucas vezes.

Ex-líder do PFL e indicado pelo presidente eleito, Fernando Collor, líder do governo no Senado — cargo este que oficialmente não existe — o senador Chiarelli diz ter uma pequena dúvida quanto aos efeitos de uma liderança como atrativo eleitoral. “Será que eles (os eleitores) preferem o tradicional tapinha nas costas ou o fato de você estar se projetando nacionalmente?”, indagou. Essa dúvida, contudo, não resiste nem mesmo à análise do passado recente do senador. Ele foi destituído ano passado da liderança do PFL, em maio, por sete votos a oito, conduzidos pelo seu substituto, senador Marcondes Gadelha (PB) e outros aliados ao Palácio do Planalto, como punição pelo seu desempenho como relator da CPI da Corrupção. Vem daí que se a liderança pudesse ao menos impedir sua reeleição (seu mandato termina nesta legislatura) tudo seria feito pelos seus desafetos para mantê-la.

O senador Roberto Campos (PDS-MS) é um dos exemplos mais concretos do peso de uma liderança. Campos pediu ao líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA), no início de janeiro, que lhe cedesse o título.

ARQUIVO



Marco Maciel: dúvida na disputa

Motivo: ciente de que a capacidade dos que lhe garantiram o mandato de senador se exauriu, ele vai tentar se eleger deputado federal pelo Rio. Deixará, portanto, de ser conhecido, como ocorre agora, como o principal opositor da reserva de mercado na informática, passando a responder por três votos — mais o do senador Afonso Sancho (CE), o que na atual circunstância pode vir a ter um valor inestimável junto ao novo governo.

Passarinho reconhece que o cargo “dá mais projeção”, além de que, no caso específico de Campos, estará “mais afinado com a administração Collor, principalmente quanto à informática”. Sabe, contudo, que se mantidas as ausências do senador mato-grossense, ele continuará na mesma tarefa. Agora, como vice-líder.

O presidente em exercício da Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), exerceu a liderança do PFL da mesma forma, na ausência de seu titular. Na ocasião o deputado José Lourenço (BA). A comparação das duas tarefas favorece a de estar apenas na bancada, ao invés de responder por toda a Casa. Inocêncio cita entre as missões dos líderes a de abrir espaço para seus liderados junto ao 1.º, 2.º ou demais escalões do Executivo. É aquela coisa de ligar para o ministro e dizer: fulano, o deputado xis espera há 15 dias por uma audiência...”. Se não der certo, o fulano fica mais ou menos ciente de que não poderá contar com o partido para suas causas.

“A liderança é um espelho para o eleitor, um sinal da confiança a seu voto. O cargo faz o

político crescer”, garante o deputado. Seu partido está em paz na Câmara, continuando o deputado Ricardo Fiúza (PE). O Senado promete confusão com Edison Lobão (MA) sentindo-se o candidato natural e o senador Marco Maciel (PE) fazendo por onde não perder cacife dentro do partido em um ano eleitoral, situação esta que deverá levar à disputa.

Os novos regimentos das duas Casas extinguíram a votação da liderança, quando bastava ao próprio líder votar por seus liderados. Cabe a eles indicar à Mesa os membros da bancada para compor as comissões, participar de qualquer comissão de que não sejam membros, sem direito a voto mas podendo encaminhar a votação e orientar a bancada no plenário.

O líder do PT na Câmara, Plínio de Arruda Sampaio (SP), virtual candidato ao governo de São Paulo, mantém-se no cargo até que a campanha permita, sendo depois substituído pelo deputado José Genoíno (SP), que disputou a indicação e perdeu na legislatura passada. O PTB, com Gastone Righi (SP); PDS, com Amaral Netto (RJ); PL, com Adolfo de Oliveira (RJ); PCB, com Roberto Freire (PE); PC do B, com Haroldo Lima (BA); e o PMDB, com Ibsen Pinheiro (RS), não deverão sofrer alterações.

O PDT promete ter uma escolha agitada, caso não se chegue ao consenso em torno do nome do 1.º vice-presidente, Doutel de Andrade (RJ). Vai depender dos concorrentes Luiz Salomão (RJ) e Amaury Muller (RS). O deputado Carlos Alberto Caó (RJ), que perdeu no ano passado para Vivaldo Barbosa (RJ) por um voto, desistiu da disputa, preferindo manter-se na Comissão do Trabalho e Serviço Social. Ele se exclui da parcela que tem em Doutel um percalço contra a renovação da legenda. “A renovação sempre é boa. Mas pode ser feita sem discriminar pessoas”, afirmou.

Outro que necessariamente terá que aliar liderança à campanha ao governo do Estado é Renan Calheiros, do PRN, tido como um exemplo da projeção concedida pela liderança. Ele deixou de ser “aquele deputado de Alagoas”, para se situar bem no noticiário, mais do que os outros parlamentares aliados a Collor.